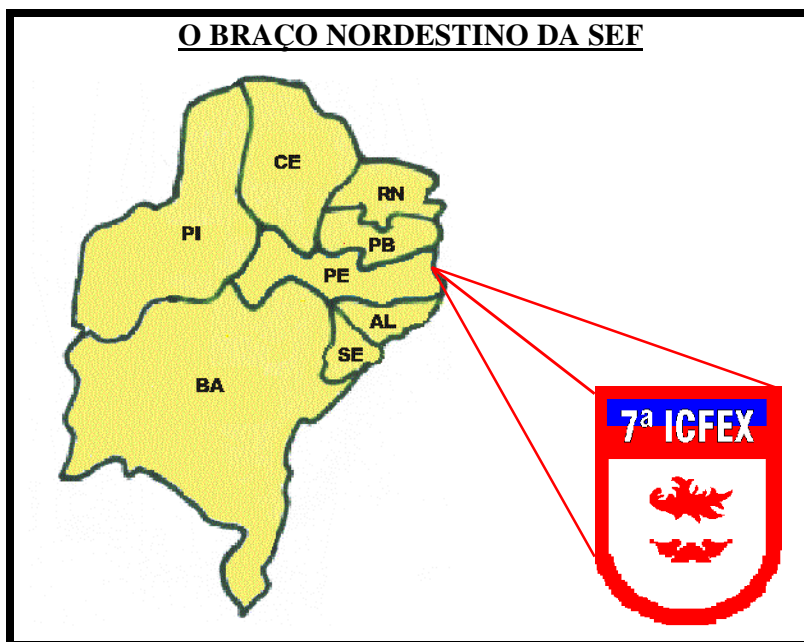




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 01
(31 DE JANEIRO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@ebmil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Preenchimento na transação ATUCPR – Categoria de Gasto	2
“B”	Doações, Patrocínio e Parcerias	3
“C”	- Procedimentos relativos ao registro da “Conformidade de Registro de Gestão”, no SIAFI	5
“D”	- Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	6
“E”	- Empenho de Pregão de UG não participante do SIASG	7
“F”	- Termo de Reconhecimento de Dívida – Novo Modelo	9

ANEXO “A”

PREENCHIMENTO NA TRANSAÇÃO ATUCPR – CATEGORIA DE GASTO

- Esta Inspeção recebeu a MSG SIAFI 2008/0070395, de 17/01/08, da CCONT/STN, abaixo transcrita:

INFORMAMOS A V.SA. QUE EM 2008, NO MOMENTO DA INCLUSÃO DE UM DOCUMENTO HABIL QUE TEM COMO DOC.REF. EMPENHO, O CAMPO CATEGORIA DE GASTO, SEGUNDA TELA DOS DADOS BÁSICOS, E DE PREENCHIMENTO FACULTATIVO. CASO SEJA PREENCHIDO DEVERÁ CORRESPONDER AO GRUPO DE DESPESA DA NOTA DE EMPENHO - CONCATGAST.

A PARTIR DESSE EXERCÍCIO EXISTE UMA CORRELAÇÃO DE UMA CATEGORIA DE GASTO PARA CADA GRUPO DE DESPESA, SENDO:

CATEGORIA DE GASTO	A -> GRUPO DE DESPESA 1 - PESSOAL E ENC.SOCIAIS
B ->	2 - JUROS DA DÍVIDA
C ->	3- OUTRAS DESP.CORRENTES
D ->	4- INVESTIMENTO
E ->	5- INVERSÃO FINANCEIRA
F ->	6- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
P ->	8 - PASSIVOS FINANCEIROS

QUANDO O DOC.HABIL NÃO TEM EMPENHO DEVERÁ SER UTILIZADA A CATEGORIA DE GASTO CORRESPONDENTE À VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO QUE SERÁ UTILIZADA NO MOMENTO DO PAGAMENTO.

NA TABELA DE VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO, TRANSACAO CONVINCIPAG, EXISTEM CONTAS VINCULADAS. ESSAS CONTAS E QUE DEFINEM A CATEGORIA DE GASTO QUE SERÁ UTILIZADA COM A VINCULAÇÃO.

A REGRA DE VALIDAÇÃO DA CONTA VINCULADA COM A CATEGORIA DE GASTO É A SEGUINTE:

- CONTA VINCULADA INICIADA POR 3XXXXXXXXX, A CATEGORIA DE GASTO DEVERÁ CORRESPONDER AO GRUPO DE DESPESA INDICADO NA TERCEIRA POSIÇÃO DA CONTA.

- CONTA VINCULADA INICIADA COM CONTA DIFERENTE DE 3XXXXXXXXX, A CATEGORIA DE GASTO PODERÁ SER QUALQUER UMA, PREFERENCIALMENTE A CATEGORIA “P” – PASSIVOS FINANCEIROS.

ATENCIOSAMENTE,
CCONT/STN

Em consequência as UG tomem conhecimento e quando for o caso as providências decorrentes.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008</i>	Pág 3	
----------	---	-------	--

ANEXO “B”

DOAÇÕES, PATRIMÔNIO E PARCERIAS

- Extrato do Of Nr 011–SPE/D Aud/SEF – CIRCULAR, de 10/12/07, recebido por esta Inspetoria:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DIRETORIA DE AUDITORIA
DIRETORIA GENERAL SERZEDELO CORRÊA**

Of Nr 011–SPE/D Aud/SEF – CIRCULAR

Brasília-DF, 10 de dezembro de 2007.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª ICFEx

Assunto: Doações, Patrocínio e Parcerias

Anexo:

1. Versa o presente expediente sobre o recebimento de patrocínios e/ou a cessão de instalações, entre Unidades Gestoras (UG) e suas vinculadas, do Exército Brasileiro, com quaisquer organizações civis.

2. Sobre esse assunto, esta Secretaria solicita a essa Unidade de Controle Interno que transmita,, as orientações abaixo especificadas,, que definem os procedimentos a serem adotados, quando do recebimento de patrocínio ou da cessão de instalação a título oneroso ou não:

a. patrocínio

1) quando a UG receber diretamente do patrocinador, qualquer valor em dinheiro ou cheque, esse será depositado na conta única do tesouro, por meio da Guia de Recolhimento Único (GRU) e contabilizado na unidade orçamentária Fundo do Exército (F Ex). A partir desse momento, esse recurso transmuda-se para público e a despesa respectiva seguirá o rito normal, ou seja:

- a) solicitar o crédito ao F Ex;
- b) antes de empenhar, verificar a necessidade de licitar-se ou não; e

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008</i>	Pág 4	
----------	---	-------	--

c) incluir no patrimônio o material adquirido ou o resultado da prestação de serviço que provoque sua alteração.

2) quando a UG receber o material e/ou a prestação de serviço, que altere o seu patrimônio, e não valores em dinheiro ou cheque, esses serão incluídos em carga, seguindo a legislação em vigor.

3) quando o valor, o material ou o serviço prestado for administrado exclusivamente pelo patrocinador ou por outra organização que não seja a própria UG, somente será incluído no patrimônio tudo que alterá-lo. Os valores não serão contabilizados, pois não são geridos pela UG. É necessário celebrar um contrato que especifique todas as atividades envolvidas no patrimônio.

b. cessão de instalações

- a cessão de instalações da UG ou de suas vinculadas para terceiros, a título oneroso ou não, para a realização de atividades diversas, tais como: um dia no quartel, exposições, shows e outras congêneres, deverá ser consubstanciada em um contrato, que especificará todas as atividades, direitos e deveres. Não esquecer as despesas com as concessionárias de serviços públicos.

3. Assim sendo, informo-vos que o recebimento de patrimônio é legal. As UG devem ser orientadas a não o solicitarem compulsivamente, como também evitem recebê-lo, constantemente, dos seus próprios fornecedores, a fim de resguardar a ética e a transparência no trato dos atos e fatos da gestão pública.

4. Caso a UG deseje criar uma sociedade para receber os patrocínios, deverá cumprir o seguinte:

- a. esta sociedade será civil, apolítica, apartidária e sem fins lucrativos;
- b. o embasamento legal está no Arto 5º da Constituição Federal, em seus incisos XVII, XVIII e XIX;
- c. não possuir o seu endereço ou de suas vinculadas;
- d. não ser gerida por seus militares ou civis ou de suas vinculadas; e
- e. compor a sua diretoria com militares da reserva e/ou civis.

5.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

Em consequência as UG tomem conhecimento e as providências decorrentes.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008</i>	Pág 5	
----------	---	-------	--

ANEXO “C”

PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO REGISTRO DA “CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO”, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI:

1. A Conformidade de Registro de Gestão tem como finalidade verificar:
 - a. se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados pela Unidade Gestora executora, no SIAFI, foram realizados em observância às normas vigentes (tal verificação corresponde ao Registro da "Conformidade Diária" que era realizado até 2007);
 - b. a existência de documentação que suporte as operações registradas no SIAFI, na forma citada no subitem anterior (tal verificação corresponde ao Registro da "Conformidade de Suporte Documental" que era realizado até 2007); e
 - c. em função dos aspectos citados nos subitens a. e b. precedentes, a Conformidade de Registro de Gestão abrange as conformidades "Diária" e "Documental".
2. As UG deverão proceder diariamente à análise do relatório "Conformidade de Registro de Gestão", obtido por meio da transação IMPCONFREG (Imprime Conformidade Registro de Gestão), no qual constam todos os registros do dia.
3. O registro da citada conformidade é de responsabilidade do servidor (civil ou militar) formalmente designado pelo titular da Unidade Gestora Executora, em Boletim Interno, o qual constará no Rol de Responsáveis juntamente com o respectivo substituto, não podendo ter função de emitir documentos no SIAFI (segregação de funções).
4. A Conformidade de Registro de Gestão deverá ser registrada em até 03 (três) dias úteis a contar da data do registro dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, podendo ser atualizada até a data fixada, pela STN, para o fechamento do mês.
5. Após a análise do relatório IMPCONFREG, o servidor responsável deverá registrar a Conformidade de Registro de Gestão por meio da transação ATUCONFREG (Atualiza Conformidade de Registro de Gestão), indicando, em caso de restrição, os códigos existentes na transação CONRESTREG (Consulta Restrição Registro de Gestão).
6. Após o registro na forma estabelecida acima, a conformidade poderá ser consultada com utilização da transação CONCONFREG (Consulta Conformidade Registro de Gestão).

Em consequência, os Ordenadores de Despesas, e os responsáveis pela “Conformidade de Registro de Gestão”, bem como seu substituto, tomem conhecimento e as providências decorrentes.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008</i>	Pág 6	
----------	---	-------	--

ANEXO “D”

IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

- Esta Inspeção recebeu a MSG SIAFI 2007/1731129, de 27/12/07, da SEF, abaixo transcrita:

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
AO SR CHEFES DE ICFeX

MSG NR 048-SGS/DGO/SEF, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.

1. ESTA SECRETARIA FOI CONSULTADA PELA 3ª ICFeX ACERCA DE COBRANÇA DE MULTA POR PARTE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF), RELATIVA A NÃO DECLARAÇÃO DO ITR POR UNIDADES DO COMANDO DO EXÉRCITO SOB SUA JURISDIÇÃO.
2. APÓS ESTUDO REALIZADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA DESTA SECRETARIA CONCLUIU-SE QUE O FATO NÃO CONSTITUI OBJETO DE COBRANÇA OU OBRIGAÇÃO DAS UG POSSUIDORAS DE IMÓVEL RESIDENCIAL, HAJA VISTA SEREM DETENTORAS DE IMUNIDADE LEGAL SEGUNDO A LEI Nº 9.393, DE 19 DEZ 96, RESGUARDADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88, EM SEU ARTIGO 153, VI.
3. ISTO POSTO, RECOMENDA-SE QUE AS ICFeX ORIENTEM AS SUAS UG NO SENTIDO DE QUE CONTINUEM APRESENTANDO A DECLARAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (DITR), NA DATA APRAZADA, E NÃO EFETUEM NENHUM PAGAMENTO REFERENTE A MULTA E JUROS CORRESPONDENTES A ANOS ANTERIORES, DEVENDO, ENTRETANTO, ENTRAR COM O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO REFERINDO-SE AO DISPOSITIVO LEGAL ACIMA CITADO.
4. OUTROSSIM, INFORMO-VOS QUE ESTA SECRETARIA ESTÁ TOMANDO PROVIDÊNCIAS JUNTO A SRF EM BRASÍLIA-DF, NO SENTIDO DE QUE ELA EMITA ORIENTAÇÕES A TODAS AS SUAS DELEGACIAS REGIONAIS QUANTO A NÃO COBRANÇA DA REFERIDA MULTA

BRASÍLIA-DF, 27 DEZ 07.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
RESP P/ SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência as UG tomem conhecimento e providências decorrentes.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008	Pág 7	
----------	--	-------	--

ANEXO “E”

EMPENHO DE PREGÃO DE UG NÃO PARTICIPANTE DO SIASG

- Esta Inspeção expediu à SEF a MSG SIAFI 2007/1461075, de 07/11/07, abaixo transcrita:

DO CH 7A ICFeX
AO SR SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

1. TRATA A PRESENTE MSG SOBRE EMPENHO DE PREGÃO VIA SIAFI.
2. RETRANSMISSÃO DA MSG 2007/1440627, DE 01 NOV 07, DA UG 160045 - 25 CSM.

XX

DO OD DA 25A CSM
AO SR CHEFE DA 7 ICFeX

EM FUNÇÃO DESTA OM TER ENTRADO COMO CARONA NO PREGÃO 036/2006 DA BASE AEREA DE FORTALEZA-CE, PARA FINS DE PROCEDER O SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE CONCERTINAS NO AQUARTELAMENTO GENERAL TIBURCIO, NOS DEPARAMOS COM AS SEGUINTE SITUAÇÕES:

- 1) AO ENTRAR NO SIASG PARA PROCEDER O EMPENHO, O SISTEMA ENVIOU UMA MSG QUE NÃO HAVIA CADASTRO DO REFERIDO PREGÃO NO SISTEMA;
- 2) A BASE AEREA INFORMOU QUE O REFERIDO PREGÃO FOI EXECUTADO FORA DO SISTEMA SIASG, E QUE SEUS EMPENHOS SÃO FEITOS VIA SIAFI E NÃO SIASG;
- 3) EM VISTA DO EXPOSTO NÃO É POSSÍVEL TAL PROCEDIMENTO VIA SIAFI;
- 4) FEITO O CONTATO COM O SERPRO, OBTEMOS COMO RESPOSTA, QUE DEVERIA SER SOLICITADO A DISPONIBILIZAÇÃO DO REFERIDO PREGÃO AO GERENCIADOR DO SISTEMA SIASG, PARA QUE FOSSE POSSÍVEL TAL OPERAÇÃO;

5) ESTA UG SOLICITA A ESSA ICFeX UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO DE COMO PROCESSAR O EMPENHO VIA SIASG OU SIAFI:

- OM CARONA: COD UASG: 160045 - 25A CSM
 - OM GERENCIADORA DO PREGÃO: UASG: 120014 - BASE AEREA DE FORTALEZA
 - DADOS DO PREGÃO:
 - TIPO PREGÃO: SRP PRESENCIAL
 - NR: 0036/2006
 - OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CERCA ESPIRAL (CONCERTINAS)
 - NECESSIDADE DE EMPENHO DA 25A CSM: 36.800,00 (TRINTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS) REFERENTE A 2.000 (DOIS MIL) METROS DE CONCERTINAS AO PREÇO UNITÁRIO DE R\$ 18,40 (DEZOITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS) O METRO INSTALADO.
 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA DO PREGÃO: SECURITY BARRIERS LTDA
 - CNPJ: 01731633/0001-32
- FLA-CE, 01 NOV 07 RUY HAREHIKO AKAMINE - CEL

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008</i>	Pág 8	
----------	---	-------	--

OD DA 25A CSM

XX

3. SOLICITO-VOS VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE MANDAR INFORMAR SE HÁ ALGUM ÓBICE EM A UG EMITIR O EMPENHO PELO SIAFI, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART 15 DA LEI 8.666/93.

RECIFE-PE, 7 DE NOVEMBRO DE 2007

ALEXANDRE FONSECA DE MELO - TEN CEL
RESP CH 7A ICFEX

Em resposta a SEF enviou a esta Inspetoria a seguinte mensagem:

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
AO: SR CHEFE DA 7A ICFEX
REF: MSG 2007/1461075, DE 07 NOV 07, DESSA ICFEX.

1. EM ATENÇÃO A MENSAGEM SIAFI DA REFERÊNCIA, INFORMO A ESSA CHEFIA QUE PARA PERMITIR A EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO (NE), A UG DEVERÁ ENVIAR OFÍCIO PARA O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG) - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS/SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - A/C DA DRA LORENI FORESTI, NO ENDEREÇO QUE SE SEGUE:

- ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "C" - 3º ANDAR -BRASÍLIA/DISTRITO FEDERAL, CEP 70046-900.

2. O OFÍCIO DEVERÁ SOLICITAR A INCLUSÃO DO AVISO NO SIASG/SIDEC E DEVERÁ CONTER AS INFORMAÇÕES QUE SE SEGUEM, TENDO COMO ANEXO A CÓPIA DO EDITAL, NA ÍNTEGRA (COMPLETO).

A. DESCRIÇÃO DE TODOS OS ITENS COM OS RESPECTIVOS CÓDIGOS NO CATMAT (CATÁLOGO DE MATERIAL) OU CATSER (CATÁLOGO DE SERVIÇO).

B. NOME E CARGO DA AUTORIDADE QUE ASSINOU A ATA.

C. DATA DE VIGÊNCIA DA ATA (INÍCIO E FIM).

D. DATA DE ASSINATURA DA ATA.

E. CNPJ DE TODOS OS VENCEDORES (POR ITEM).

F. VALOR DE REFERÊNCIA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE E MARCA DO PRODUTO (POR ITEM).

3. É IMPORTANTE RESSALTAR QUE NÃO IMPORTA SE A UG PRETENDE ADQUIRIR UM OU MAIS ITENS, DEVENDO SER ENVIADA AO MPOG A RELAÇÃO DE TODOS OS ITENS LICITADOS, PARA INCLUSÃO TOTAL NO SISTEMA SIASG.

BRASÍLIA-DF, 03 DE DEZEMBRO DE 2007.

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008</i>	Pág 9	
----------------------	---	-------	--

ANEXO “F”

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA – NOVO MODELO

- Esta Inspetoria transcreve o Ofício recebido da Diretoria de Auditoria:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DIRETORIA DE AUDITORIA
DIRETORIA GENERAL SERZEDELLO CORRÊA**

Of nº 007 SPE/D Aud - CIRCULAR

Brasília-DF, 17 de janeiro de 2008.

Do Diretor de Auditoria

Ao Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: Termo de Reconhecimento de Dívida

Ref: Ofício nº. 003 – A1, de 08 janeiro de 2008, da SEF

Anexo: Termo de Reconhecimento de Dívida

1. Versa o presente expediente sobre modificação do Termo de Reconhecimento de Dívida, Anexo B à Portaria nº. 008 – SEF, de 23 de dezembro de 2003, motivada por sugestões de aperfeiçoamento encaminhadas a esta Diretoria.

2. No intuito de aperfeiçoar o supracitado documento, esta Diretoria elaborou estudo e o submeteu à apreciação da Secretaria de Economia e Finanças (SEF), que ratificou a proposta de modelo apresentado e determinou a adoção das providências decorrentes.

3. Em consequência, encaminho a essa Chefia o documento anexo para que seja distribuído a todas Unidades Gestoras vinculadas, em substituição ao modelo que vem sendo utilizado atualmente.

PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA – Cel Int QEMA
Rsp pelo Diretor de Auditoria

OSÓRIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

Em consequência as UG tomem conhecimento e providências decorrentes, bem como procedam a substituição do Anexo “B” da Portaria nº 008-SEF, de 23/12/03, para o modelo apresentado no presente ofício e transcrito na próxima página.

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 01, de 31 de janeiro de 2008</i>	Pág 10	
----------	---	--------	--

(Armas Nacionais)
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDOS ENQUADRANTES
OM

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Eu,... (Nome completo do responsável), portador (a) da Identidade nº....., C.P.F. nº....., residente à ... (endereço completo), na presença das testemunhas subscritas, formalmente reconheço, por manifestação livre, a responsabilidade pelo valor original de R\$... (.....) apurado no(a) (Sindicância, IPM ou Processo Administrativo) nº., de ..., a ser restituído à Fazenda Nacional.

Fui devidamente instruído acerca da faculdade de, antes de assinar o presente termo, exercer o direito do contraditório e da ampla defesa e contestar a dívida ou o valor apurado. Tenho ciência de que este irretratável reconhecimento de dívida não importa reconhecimento de responsabilidade disciplinar ou penal eventualmente existente.

Comprometo-me a restituir o valor aqui reconhecido mediante..... (autorização para desconto no meu contracheque, nos termos previstos no RAE, observados os limites contidos na legislação em vigor, recolhimento via DARF ao Tesouro Nacional ou outra forma de recolhimento), em... (parcela única ou várias parcelas fixas ou variáveis, dependendo da forma de atualização).

Tenho ciência de que a dívida será atualizada de acordo com a legislação em vigor, e que o não cumprimento das condições de recolhimento aqui estabelecidas poderá ensejar a inscrição na Dívida Ativa da União.

Local, data

Nome completo do responsável pelo débito

Testemunha 1

Nome completo
Cargo/Função

Testemunha 2

Nome completo
Cargo/Função